編號：　**第 739/2014 號** (刑事上訴案)

上訴人：A(A)

B(B)

C(C)

日期：　2016 年 4 月 7 日

主要法律問題：上訴期間的重新訂定

摘 要

本案中，既沒有出現《刑事訴訟法典》第 94-A 第 1 款所規定的，導致應延長上訴期間的情況，也沒有任何構成《民事訴訟法典》第 96 條之合理障礙，因此，原審法庭不可以延長法律規定的上訴期間。

裁判書製作人

_____

譚曉華

合議庭裁判書

編號： **第 739/2014 號** (刑事上訴案)

上訴人： A(A)

B(B)

C(C)

日期： 2016 年 4 月 7 日

一、 案情敘述

於 2014 年 3 月 25 日，第一嫌犯 A 及第二嫌犯 D 在初級法院刑事法庭第 CR1-12-0271-PCC 號卷宗內各被控觸犯一項《刑法典》第 211 條第 4 款 a)項配合第 196 條 b)項所規定及處罰的『相當巨額詐騙罪』，均獲判處無罪。

於 2014 年 7 月 28 日，初級法院刑事法庭法官作出批示，通知兩輔助人 B 及 C 於二十天內聘請律師以提出上訴，否則上訴不得繼續進行。

第一嫌犯 A 不服刑事法庭法官作出的上述批示，向本院提起上訴，並提出了以下的上訴理由（結論部分）：

1. 上訴人針對 2014 年 7 月 28 日法官閣下作出載於卷宗第 842

頁的批示—“通知輔助人於二十天內聘請律師以提出上訴，否則上訴不得繼續進行《民事訴訟法典》第 75 條)”—提出本上訴。

2. 因為，上訴人認為被上訴批示沾有違反法律問題的瑕疵，而該等瑕疵足以引致被上訴判決被廢止。
3. 因為，本案兩名輔助人已於 2014 年 6 月 10 日或之前，已收悉司法援助委員會作出否決其申請司法援助的請求的事宜；
4. 因此，依法所規定的重新計算『上訴期』應於 2014 年 6 月 30 日或之前已結束(視乎實際收悉日)—見第 13/2012 號法律所核准的《司法援助的一般制度》第 20 條第 3 款規定。
5. 被上訴批示明顯違反了上述的規定，構成了嚴重的瑕疵—違反合法性及公平性原則。
6. 故此，上訴法院法官應依法廢止本案法庭於 2014 年 7 月 28 日作出的批示。

基於此，懇請法官批准本上訴案之請求成立，廢止被上訴批示，並對本案作出歸檔處理。

檢察院對第一嫌犯 A 的上訴作出了答覆，並提出下列理據(結論部分)：

1. 卷宗資料顯示，兩名輔助人於 2014 年 4 月 11 日，即可提起上訴的期間內向司法援助委員會提出司法援助的申請，並於同日向本案附入相關申請憑證，根據第 13/2012 號法律第 20 條第 1 款的規定，兩名輔助人提起上訴的期間自該日起中斷。

2. 2014 年 5 月 27 日，司法援助委員會以掛號信方式將不批准兩名輔助人司法援助申請的決定通知兩名輔助人，根據第 13/2012 號法律第 38 條第 2 款(1)項，推定兩名輔助人於 2014 年 5 月 30 日接獲上述通知。
3. 兩名輔助人沒有於法定的 10 日期間內，就司法援助委員會的決定提出司法申訴，故此，根據第 13/2012 號法律第 20 條第 3 款的規定，自 2014 年 6 月 10 日，也就是司法援助委員會的決定轉為不可申訴日開始，兩名輔助人提起上訴的 20 日期間重新計算。
4. 兩名輔助人可提起上訴的期間應於 2014 年 6 月 30 日屆滿。因此，持案法官於兩名輔助人的上訴期屆滿後再給予他們 20 日期間提起上訴的決定是違反法律的。

綜上所述，本院認為上訴應被裁定理由成立，並廢止被上訴批示。最後，請求尊敬的中級法院法官閣下一如既往地作出公正裁判！

兩輔助人對第一嫌犯的上訴沒有作出答覆。

兩輔助人 B 及 C 對初級法院判決不服，向本院提起上訴。[1]

---

[1]其結論葡文內容如下：

1. Por douto Acórdão dos autos do Proc. N.º: CR1-12-00271-PCC, proferido pelo Tribunal a quo, em 25/05/2014, os arguidos A e D foram absolvidos do "crime de burla de valor consideravelmente elevado", p.p.p. artigo 211.º, n.º 4 alínea a), conjugado com o artigo 196.º alínea b), ambos do Código Penal (doravante designado por CP);
2. Foram absolvidos, na medida em que o Tribunal a quo considerou não se ter provado que os dois arguidos tivessem astuciosamente induzido em engano, os assistentes ora recorrentes C e B, de modo a que estes sofressem prejuízos patrimoniais elevados, não tendo assim se verificado os elementos objectivos e subjectivos do "crime de burla de valor consideravelmente elevado" – vd. a douta fundamentação, fls. 800 v. dos presentes autos;
3. O presente recurso tem como objecto, sobretudo, a decisão de absolvição da arguida D do "crime de burla de valor consideravelmente elevado", uma vez que, salvo melhor opinião e

sempre com o devido respeito, consideram os recorrentes que o Tribunal a quo não apurou a matéria de facto necessária para uma boa decisão da causa;

4. Conforme o douto Acórdão, provou que:

(q).於 2009 年初，輔助人 B 於其工作的傳銷公司「E 人參公司」認識嫌犯歐陽月女。

(r).自 2010 年 1 月初起，嫌犯 D 不停遊說輔助人 B 參加一回報極高的投資計劃。

(s).嫌犯 D 稱該投資計劃與名為「F 銀行」的內地銀行有關，該銀行在北京設有總辦事處，只要投放資金於上述銀行，便可於短時間內有五倍的回報，並稱上述投資計劃除"短時間"、"回報高"及"穩賺"之外，更能協助國內的貧苦大眾。

(t).在嫌犯 D 的遊說下，輔助人 B 及丈夫 C 便開始相信上述投資計劃能為他們於短時間內帶來穩健及極高的回報。

(u).然而，由於兩名輔助人沒有多餘的現金進行投資，正當兩人打算婉言拒絕時，嫌犯 D 便提議兩名輔助人可以用其自置物業，即位於澳門 XX 大馬路 xxx 號 XXX 村第 X 座 X 樓 X 座抵押套現，用以投資。

(v).於是，嫌犯 D 約兩名輔助人於 2010 年 1 月 22 日到第一公證署及 G 律師事務所辦理相關手續，兩名輔助人與經嫌犯 D 介紹的嫌犯 A 之妹 H 簽署預約買賣合同，承諾以港幣壹佰萬圓出售上述單位予 H，且 H 當日將港幣壹佰萬圓全數交予兩名輔助人（見卷宗第 390 頁及其背頁）。

(w).在簽署預約買賣合同的同一天，嫌犯 D 便陪同兩名輔助人前往珠海與「F 銀行」投資計劃負責人 I 等人見面，同時兩名輔助人把港幣捌拾萬圓款項交給 I 代為投資。

(x).2010 年 5 月尾，輔助人 B 便開始追問嫌犯 D 有關投資結果，然而，嫌犯 D 只叫輔助人 B 耐心等候。

(y).直至 2010 年 7 月，輔助人 B 不停追問嫌犯 D 有關投資結果，然而，得到的都是相同的答覆。

(z).直至 2010 年 9 月中旬，嫌犯 A 致電輔助人 C，向其追收之前借出的港幣壹佰萬圓，並聲稱該借款已於 2010 年 5 月 2 月到期，需要連本帶利一併償還。

(aa).兩名輔助人此時才發現整個事件有問題，於是便將之告知其兒子 J。

(bb).由於 J 認為事態嚴重，便約其友人 K 和作為警務人員的友人 L 陪同兩名輔助人於 2010 年 9 月 20 日到「大家樂」餐廳與嫌犯 A 商談。

(cc).會面中，嫌犯 A 稱有關借款已到期，本金連利息合共港幣壹佰貳拾萬圓，另外更聲稱位於澳門 XX 大馬路 xxx 號 XXX 村第 X 座 X 樓 X 座的單位已在其名下，並向 J 提議其願意把上述單位轉到 J 名下，只要 J 願意用港幣壹佰伍拾萬圓償還上述借款和隨後的利息便可。

(dd).當 L 表明警員的身份並告知嫌犯 A 的行為已構成「高利貸罪」後，嫌犯 A 隨即離開上述餐廳。

(ee).此外，兩名輔助人更發現其位於澳門 XX 大馬路 xxx 號 XXX 村第 X 座 X 樓 X 座的自置物業已被 H 於 2010 年 1 月 22 日作了臨時性登記，並於 2010 年 9 月 29 日作了確定性登記（見卷宗第 63 頁）。

(ff).因此，兩名輔助人於 2010 年 10 月 5 日到警局報案求助。

5. E não provado:

(gg).兩名輔助人同意嫌犯 D 把港幣壹佰萬圓款項交給 I 代為投資。

(hh).嫌犯 D 聲稱該投資已有回報，只要等待適當時機，便可將所有資金取回。

(ii).嫌犯 A 隨即逃離餐廳。

(jj).之後，兩名輔助人一直未能成功聯絡嫌犯 D 以取回相關款項。

(kk).嫌犯 D 明知「F 銀行」為一間不存在的銀行，仍主動遊說兩名輔助人參加相關投資，並連同嫌犯 A，使輔助人將居住多年的住所出售套現以作投資，並稱可收取高額回報。

(ll).兩名嫌犯為了自己或他人的利益，以詭計使兩名輔助人相信有高額回報，而令他們損失港幣壹佰萬圓，相當於澳門幣壹佰零叁萬圓。

(mm).兩名嫌犯自願及有意識地作出上述行為，且清楚知道其行為是法律所不容及會受法律制裁。

6. Na audiência de julgamento, a arguida negou todos factos acusados tendo desde logo declarado, nunca ter ouvido o nome do banco "F" – "F 銀行" - (doravante designado por BANCO), bem como, nunca ter falado com a ora recorrente B, sobre o plano de investimento desse mesmo BANCO - cfr. Gravações - 141.2.24 CR1-12-0271-PCC#1/Translator 2/Recorded on 24-Feb-2014 at 12.05.18, a partir dos 6m:30s até 10m:35s;
7. Contudo, veio a arguida explicar que apenas queria ajudar a recorrente a ultrapassar os momentos difíceis por que passava, e, por esta razão, aconselhou-a a deslocar-se com ela a Zhuhai, juntamente com o seu marido, o ora recorrente C, para conhecer uma "coisa" (" ...帶佢地去了解一樣野") - cfr. Gravações - 141.2.24 CR1-12-0271-PCC#1/Translator 2/Recorded on 24-Feb-2014 at 12.19.09, a partir dos 0m:00s até 06m:58s;
8. "Coisa" esta que ficou desapercebida, uma vez que a própria arguida não esclareceu devidamente o Tribunal a quo do que queria efectivamente dizer com aquilo, insistindo apenas em dizer que "era uma coisa para eles conhecerem" - vd. as gravações acima indicadas;
9. Todavia, seja qual fosse essa "coisa" a que se referiu, em face da matéria de facto provada, podemos concluir que a arguida estava efectivamente envolvida nesse plano de investimento do BANCO - vd. os artigos 2.º a 4.º e 7.º da matéria de facto provada, fls. 799 dos presentes autos;
10. Embora tendo os ora recorrentes chegado a esta conclusão, mas o Tribunal a quo entender que deveria proferir uma sentença absolutória, a favor da arguida, por não estar provado que ela, mesmo sabendo que o BANCO não existia, ainda assim, tomou a iniciativa de convencer os ora recorrentes a participarem no referido investimento ("嫌犯 D 明知「F 銀行」為一間不存在的銀行，仍主動遊說兩名輔助人參加相關投資...") - vd. matéria dos factos não provados, fls. 799 v., dos presentes autos;
11. Salvo melhor opinião e sempre com o devido respeito, consideram os ora recorrentes que o supra-referido facto não provado, não constituíria um factor relevante para efeitos de absolvição da arguida do crime em causa, uma vez que, na realidade, ela poderia até desconhecer a existência do BANCO;
12. Para os recorrentes, o que seria pertinente e fundamental para uma boa decisão da causa, era saber se a arguida, aquando da conversa que levou ao convencimento dos ora recorrentes a participarem no plano de investimento do BANCO, sabia que o mesmo não era um verdadeiro investimento;
13. Este seria realmente um factor fundamental para determinar se a conduta da arguida tinha ou não sido astuciosa, no momento em que persuadiu os recorrentes a partiviparem naquele investimento, e, não do facto de ela ter conhecimento ou não da existência do BANCO;
14. O BANCO até pode ter a sua sede em Pequim, a arguida poderia ou não ter conhecimento desse facto, mas o que importa apurar é da existência ou não do plano de investimento apresentado pela arguida aos recorrentes.
15. Esse plano de investimento até poderia ser, eventualmente, um meio utilizado pela arguida, juntamente com aqueles "representantes" do BANCO, referidos nos presentes autos, para enganar terceiros com vista a obter benefícios ilegítimos;
16. Não entendem os recorrentes a razão pela qual o Tribunal a quo não apurou este facto, que reputamos de fundamental, para uma boa decisão da causa, uma vez que as declarações prestadas pela arguida na audiência e de julgamento já haviam sido duvidosas, atendendo à

afirmação, por parte da arguida, de desconhecimento quer do BANCO quer do plano de investimento;

17. Como alegámos, logo no início da audiência e de julgamento a arguida negou todos os factos que lhe foram imputados, e, mais declarou nunca ter ouvido o nome "Banco F", bem como nunca ter apresentado esse plano de investimento à recorrente;
18. Todavia, ficou provado que no início do ano 2010, a arguida tentou, constantemente, convencer a recorrente participar num plano de investimento, do BANCO, de elevados retornos;
19. Ficou provado, que a arguida tinha explicado à recorrente que com esse plano de investimento, para além da possibilidade da obtenção segura de lucros de curto-prazo, em cinco vezes mais do dinheiro investido, poderia ainda ajudar os pobres do interior do continente da China;
20. Foi, ainda, provado que a arguida tinha conseguido convencer os recorrentes a acreditarem naquele plano de investimento com elevado retorno - cfr. artigos 2.º a 4.º da matéria de factos provados, fls. 798 dos presentes autos;
21. Se existisse um verdadeiro plano de investimento, ou a arguida estivesse convencida da existência desse plano, então não percebemos a razão pela qual ela declarou perante o Tribunal a quo, que nunca tinha ouvido o nome "F", como se tratando do BANCO, que tinha como um dos seus produtos o referido plano de investimento, bem como, segundo ainda afirmou, nunca ter falado com a recorrente sobre esse mesmo plano;
22. Salvo melhor opinião, a reacção da arguida só pode ser explicada no caso de ela ter conhecimento prévio que aquele não era um plano de investimento real, mas sim uma "armadilha" com vista à obtenção de benefícios ilegítimos, quer para si, quer para terceiros (terceiros estes que são precisamente os "representantes" do BANCO, que se encontram indicados nos presentes autos), à custa de prejuízos patrimoniais por parte dos possíveis investidores, no caso os ora recorrentes;
23. Com o devido respeito, consideram os recorrentes que existe um vício que resulta de insuficiente apreciação dos elementos constantes dos autos para a decisão da matéria de facto provada, uma vez que o Tribunal a quo não apurou se a arguida D sabia à priori que o plano de investimento, apresentado aos recorrentes, não constituía um verdadeiro investimento, tendo, ainda assim, aliciado os recorrentes a participarem no referido plano;
24. No entendimento dos ora recorrentes, nunca seria uma boa decisão, enquanto aquele facto que reputamos de pertinente não se encontrar devidamente apurado, por forma a que não restem dúvidas relativamente à determinação da conduta da arguida ser ou não astuciosa;
25. Pelo que, vem, desde logo, requerer ao Venerando Tribunal de Segunda Instância a admissão da renovação da prova e seja a arguida D convocada para a audiência, nos termos do artigo 415.º do CPP;
26. Ou, se entender que é possível decidir a causa, requerem os recorrentes que a arguida D, seja condenada, da autoria imediata e de forma consumada à prática do "crime de burla de valor consideravelmente elevado", p.p.p. artigo 211.º, n.º 4 alínea a), conjugado com o artigo 196.º alínea b), ambos do CP;
27. Ou, se não for possível, requerem o reenvio do processo para novo julgamento ao abrigo do disposto no artigo 418.º do CPP.

Os recorrentes requerem que, as provas constantes dos autos correspondentes aos factos dados como provados e não provados, fls. 798 a 799 v., no que respeita à arguida D, sejam renovadas por forma a apurar do conhecimento à priori, da arguida, que o plano de investimento, apresentado aos recorrentes, não constituía um verdadeiro investimento, tendo, ainda assim, aliciado os recorrentes a participarem no referido plano, configurando, assim, um comportamento astucioso.

第二嫌犯 D 對輔助人 B 及 C 的上訴出了答覆。[2]

檢察院對輔助人 B 及 C 的上訴作出了答覆，並提出下列理據(結論部分)：

1. 初級法院於 2014 年 3 月 25 日作出裁決，裁定本案兩名嫌犯 A 及 D 各被控觸犯一項《刑法典》第 211 條第 4 款 a)項配合第 196 條 b)項所規定及處罰的「相當巨額詐騙罪」罪名不成立。兩名輔助人 C 及 B 不服上述裁決，提起本上訴。
2. 在回應兩名輔助人(下稱兩名上訴人)提出的上訴之前，本院認為有需要提出一個先置問題，就是本上訴屬逾時提出。
3. 卷宗資料顯示，兩名上訴人於 2014 年 4 月 11 日，即可提起

Nestes termos

e nos melhores de Direito que V. Ex.as doutamente suprirão, deverá o presente Recurso ser julgado procedente.

Assim se fazendo a acostumada,

[2]其葡文內容如下：

1. Não podendo a ora recorrida conformar-se com o recurso apresentado pelos Assistentes, alegando falta de apuramento de matéria de facto necessário para uma boa decisão da causa.
2. Senão vejamos,
3. À ora recorrida, D foi acusada de 1 crime de burla de valor consideravelmente elevado, ppp abrigo do artigo 211º do nº 4, alínea a), conjugado com o artigo 196º alínea b), ambos do CPM.
4. Após audiência e julgamento, à ora recorrida foi absolvida do crime imputado.
5. Pretende os recorrentes que à ora recorrida seja condenada após do apuramento de matéria de facto necessário para uma boa decisão da causa.
6. Porém, se Vossas Excelências analizarem melhor a parte dos "Factos não Comprovados" do douto acórdão absolvitório, verifica-se com facilidade que o Tribunal a quo não omitiu o apuramento de qualquer matéria de facto necessário para uma boa decisão.
7. Mas pelo contrário, o Tribunal a quo apurou, por forma negativa, ou seja deu como não provado os seguintes factos importantes para a decisão que por princípio de economia processual se remete e considera transcrita para todos os efetios legais.
8. Não enferme, pois o douto acórdão qualquer vício na forma como pretende os ora recorrentes, devendo, pois, ser negado provimento ao recurso nesse sentido.
9. Assim se fazendo JUSTIÇA,

上訴的期間內向司法援助委員會提出司法援助的申請，並向本案附入相關申請憑證，根據第 13/2012 號法律第 20 條第 1 款的規定，兩名輔助人提起上訴的期間自該日起中斷。

4. 2014 年 5 月 27 日，司法援助委員會以掛號信方式將不批准兩名上訴人司法援助申請的決定向他們作出通知，根據第 13/2012 號法律第 38 條第 2 款(1)項，推定兩名上訴人於 2014 年 5 月 30 日接獲上述通知。

5. 兩名輔助人沒有於法定的 10 日期間內，就司法援助委員會的決定提出司法申訴，故此，根據第 13/2012 號法律第 20 條第 3 款的規定，自 2014 年 6 月 10 日，也就是司法援助委員會的決定轉為不可申訴日開始，兩名輔助人提起上訴的 20 日期間重新計算。

6. 因此，兩名上訴人可提起上訴的期間應於 2014 年 6 月 30 日屆滿。

7. 由於本案兩名上訴人於 2014 年 9 月 22 日方向初級法院提交上訴狀，上訴顯然是逾時提出，不應被接納。

8. 雖然，根據持案法官於 2014 年 7 月 28 日作出批示，兩名上訴人被通知於 20 天內聘請律師以提出上訴，但由於兩名上訴人提出上訴的期間早已屆滿，且在不存在《刑事訴訟法典》第 97 條第 2 款所規定的可在期間以外作出行為的合理障礙的前提下，法律是不容許在期間以外作出行為的。

9. 無論如何，本院也不認為被上訴裁判存在兩名上訴人所指的審查證據方面的明顯錯誤的瑕疵。

10. 即使嫌犯 D 否認曾作出被指控的事實，也不等於可以證明一早知悉該投資計劃並不存在。事實的真相可能是嫌犯 D

明知該所謂極高回報的投資計劃並不存在仍然繼續遊說兩名上訴人參加，也可能是嫌犯 D 相信該極高回報投資計劃是存在的，所以遊說兩名上訴人參加。

11. 經閱讀被上訴裁判的事實之判斷部份，原審法院是在對案中的兩名嫌犯的聲明及各證人的證言，並結合在審判聽證中審查的書證及扣押的物證作綜合分析後，認為未足以證明“嫌犯 D 明知‘F 銀行’為一間不存在的銀行，仍主動遊說兩名上訴人參加相關投資”，這屬於原審法院自由心證的範圍。

12. 在此，我們實在看不到原審法院對事實的審判結果有任何違反經驗法則、明顯不合理或錯誤的情況。當原審法院對事實的認定結果沒有違反經驗法則和常理，任何人都不能以自己的心證取代原審法院的心證。

綜上所述，本院認為本上訴屬逾時提出，懇請尊敬的中級法院法官 閣下不接納之。倘不認為如此，則請求尊敬的中級法院法官閣下裁定上訴理由不成立。

最後，請求尊敬的中級法院法官閣下一如既往地作出公正裁判！

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院代表作出檢閱及提交法律意見，同意檢察院司法官在其對上訴理由闡述的答覆中提出的觀點，認為第一嫌犯 A 上訴理由成立，而輔助人 B 及 C 上訴理由不成立。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，

各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、 事實方面

原審法院經庭審後確認了以下的事實：

1. 於 2009 年初，輔助人 B 於其工作的傳銷公司「炳瀚人參公司」認識嫌犯 D。
2. 自 2010 年 1 月初起，嫌犯 D 不停遊說輔助人 B 參加一回報極高的投資計劃。
3. 嫌犯 D 稱該投資計劃與名為「F 銀行」的內地銀行有關，該銀行在北京設有總辦事處，只要投放資金於上述銀行，便可於短時間內有五倍的回報，並稱上述投資計劃除“短時間”、“回報高”及“穩賺”之外，更能協助國內的貧苦大眾。
4. 在嫌犯 D 的遊說下，輔助人 B 及丈夫 C 便開始相信上述投資計劃能為他們於短時間內帶來穩健及極高的回報。
5. 然而，由於兩名輔助人沒有多餘的現金進行投資，正當兩人打算婉言拒絕時，嫌犯 D 便提議兩名輔助人可以用其自置物業，即位於澳門 XX 大馬路 xxx 號 XXX 村第 X 座 X 樓 X 座抵押套現，用以投資。
6. 於是，嫌犯 D 約兩名輔助人於 2010 年 1 月 22 日到第一公證署及 G 律師事務所辦理相關手續，兩名輔助人與經嫌犯 D 介紹的嫌犯 A 之妹 H 簽署預約買賣合同，承諾以港幣壹佰萬圓出售上述單位予 H，且 H 當日將港幣壹佰萬圓全數交予兩名輔助人（見卷宗第 390 頁及其背頁）。

7. 在簽署預約買賣合同的同一天，嫌犯 D 便陪同兩名輔助人前往珠海與「F 銀行」投資計劃負責人 I 等人見面，同時兩名輔助人把港幣捌拾萬圓款項交給 I 代為投資。

8. 2010 年 5 月尾，輔助人 B 便開始追問嫌犯 D 有關投資結果，然而，嫌犯 D 只叫輔助人 B 耐心等候。

9. 直至 2010 年 7 月，輔助人 B 不停追問嫌犯 D 有關投資結果，然而，得到的都是相同的答覆。

10. 直至 2010 年 9 月中旬，嫌犯 A 致電輔助人 C，向其追收之前借出的港幣壹佰萬圓，並聲稱該借款已於 2010 年 5 月 2 月到期，需要連本帶利一併償還。

11. 兩名輔助人此時才發現整個事件有問題，於是便將之告知其兒子 J。

12. 由於 J 認為事態嚴重，便約其友人 K 和作為警務人員的友人 L 陪同兩名輔助人於 2010 年 9 月 20 日到「大家樂」餐廳與嫌犯 A 商談。

13. 會面中，嫌犯 A 稱有關借款已到期，本金連利息合共港幣壹佰貳拾萬圓，另外更聲稱位於澳門 XX 大馬路 xxx 號 XXX 村第 X 座 X 樓 X 座的單位已在其名下，並向 J 提議其願意把上述單位轉到 J 名下，只要 J 願意用港幣壹佰伍拾萬圓償還上述借款和隨後的利息便可。

14. 當 L 表明警員的身份並告知嫌犯 A 的行為已構成「高利貸罪」後，嫌犯 A 隨即離開上述餐廳。

15. 此外，兩名輔助人更發現其位於澳門 XX 大馬路 xxx 號 XXX 村第 X 座 X 樓 X 座的自置物業已被 H 於 2010 年 1 月 22 日作了臨時性登記，並於 2010 年 9 月 29 日作了確定性登記(見

卷宗第 63 頁)。

16. 因此，兩名輔助人於 2010 年 10 月 5 日到警局報案求助。同時，亦證明下列事實：
17. 根據刑事紀錄證明，兩名嫌犯均無刑事紀錄。
18. 另外，兩名嫌犯的個人及家庭狀況如下：
19. 嫌犯 A－地產經紀，月入平均港幣 30,000 元。
20. 需供養母親及一名未成年女兒。
21. 學歷為高中畢業。
22. 嫌犯 D－現為無業。
23. 無需供養任何人。
24. 學歷為小學畢業。

未獲證明之事實：

1. 兩名輔助人同意嫌犯 D 把港幣壹佰萬圓款項交給 I 代為投資。
2. 嫌犯 D 聲稱該投資已有回報，只要等待適當時機，便可將所有資金取回。
3. 嫌犯 A 隨即逃離餐廳。
4. 之後，兩名輔助人一直未能成功聯絡嫌犯 D 以取回相關款項。
5. 嫌犯 D 明知「F 銀行」為一間不存在的銀行，仍主動遊說兩名輔助人參加相關投資，並連同嫌犯 A，使輔助人將居住多年的住所出售套現以作投資，並稱可收取高額回報。
6. 兩名嫌犯為了自己或他人的利益，以詭計使兩名輔助人相信有高額回報，而令他們損失港幣壹佰萬圓，相當於澳門

幣壹佰零叁萬圓。

7. 兩名嫌犯自願及有意識地作出上述行為，且清楚知道其行為是法律所不容及會受法律制裁。

另外，案中的資料顯示，下列事實可資審理重新訂出上訴期間之批示的上訴提供的事實依據：

原審法院於 2014 年 3 月 25 日作裁決(見卷宗第 801 頁)。

輔助人於 2014 年 4 月 11 日向司法援助委員會提出司法援助之申請(見卷宗第 816 頁)。

於 2014 年 6 月 5 日，委員會作出否決申請的決定(見卷宗第 836 頁)，該委員會亦向輔助人作出補充通知，說明該決定正確的不可申訴日為 2014 年 6 月 10 日(見卷宗第 883 頁)。

於 2014 年 6 月 10 日，輔助人向法院提交申請，指其司法援助之申請未獲批准，要求給予多些時間找律師跟進本案(見卷宗第 838 至 840 頁)。

於 2014 年 7 月 28 日，初級法院刑事法庭法官作出批示：

“根據第 13/2012 號法律第 20 條規定：三、因適用以上兩款的規定而中斷的期間，自對司法援助申請所作的決定轉為不可申訴之日起重新計算。

通知輔助人於二十天內聘請律師以提出上訴，否則上訴不得繼續進行。

通知及採取必要措施。”

三、法律方面

上訴人 A(嫌犯)的上訴涉及下列問題：

- 上訴期間的重新訂定

上訴人 B 及 C(輔助人)的上訴涉及下列問題：

- 審查證據方面明顯有錯誤

1. 首先，需要處理上訴人 A 所提起的原審法院是否可以重新訂定上訴期間的問題。

《刑事訴訟法典》第 401 條第 1 款規定：

“一、提起上訴的期間為二十日：

a）自裁判的通知之日起計；

b）如屬判決的情況，則自有關判決存放於辦事處之日起計；

c）如屬口頭作出並轉錄於紀錄的裁判，且利害關係人在場或應視為在場，則自宣示該裁判之日起計，但裁判結束時未能提供紀錄副本除外，如屬此情況，提起上訴的期間自紀錄副本可提供之日起計，而有關副本須在五日期間內提供，且由辦事處簽署可提供紀錄副本的聲明並註明日期。”

《刑事訴訟法典》第 93 條規定：

“一、訴訟行為須在工作日及司法部門辦公時間內，且在非法院假期期間作出。

二、上款之規定不適用於下列訴訟行為：

a）與被拘留或拘禁之嫌犯有關之訴訟行為，又或對保障人身自

由屬必要之訴訟行為；

b）偵查行為與預審行為，以及預審辯論與聽證，如其主持人係以批示確認該等行為、辯論或聽證在不受該等限制下開始、繼續進行或完成屬有益處者；

c）與非澳門特別行政區居民且不具有僱員身份的逗留許可，以及對其採用禁止離開澳門特別行政區的強制措施的嫌犯有關的訴訟行為。

三、訊問嫌犯不得在零時至六時之間進行，否則無效，但在拘留後隨即作出之訊問除外。”

《刑事訴訟法典》第 94 條第 1 款規定：

“一、民事訴訟法之規定，適用於作出訴訟行為之期間之計算。”

《刑事訴訟法典》第 94-A 條第 1 款規定：

“一、應檢察院、嫌犯、輔助人或民事當事人的聲請，第六十七條、第二百九十七條及第四百零一條第一款及第三款所指的期間可最長以相同的時間延長一次，只要聲請人提出卷宗內包含需翻譯成另一種官方語言或需轉錄的書面訴訟行為，且由於其篇幅及複雜性，不可能合理地於原訂期間內完成。”

《民事訴訟法典》第 96 條第 3 款規定：

“一、因不可歸責於當事人、其代理人或訴訟代理人之事由，以致未能及時作出行為者，為合理障礙。

二、指稱存有合理障礙之當事人應立即提供有關證據；如法官認為確實存有障礙，且認為當事人於障礙解除後立即提出聲請，則經

聽取他方當事人意見後，准許聲請人逾期作出行為。”

第 13/2012 號法律第 20 條規定：

“一、如在訴訟程序的待決期間提出委任在法院的代理人和支付代理費用的司法援助申請,則正在進行的訴訟期間自申請人將已提出該申請的證明文件附於卷宗之日起中斷。

二、如提出司法援助申請，則提起訴訟程序的期間自提出申請之日起中斷。

三、因適用以上兩款的規定而中斷的期間，自對司法援助申請所作的決定轉為不可申訴之日起重新計算。

四、如提出司法援助申請，則擬透過獲批給司法援助的訴訟而行使的權利的時效自提出申請之日至對該申請所作的決定轉為不可申訴之日中止。”

在計算上訴期限方面，原審法院 2014 年 3 月 25 日作裁決，輔助人於 2014 年 4 月 11 日向司法援助委員會提出司法援助之申請。於 2014 年 6 月 5 日，委員會作出否決申請的決定，該委員會亦向輔助人作出補充通知，說明該決定正確的不可申訴日為 2014 年 6 月 10 日。

因此，20 天的上訴期間，必須根據第 13/2012 號法律第 20 條第 3 款的規定，自 2014 年 6 月 10 日重新計算，即輔助人提起上訴之期間於 2014 年 6 月 30 日便屆滿。

本案中，既沒有出現《刑事訴訟法典》第 94-A 第 1 款所規定的，導致應延長上訴期間的情況，也沒有任何構成《民事訴訟法典》第 96 條之合理障礙，因此，原審法庭不可以延長法律規定的上訴期間。

故此，上訴人 A 的上訴理由成立，廢止原審法庭 2014 年 7 月 28 日給予輔助人“額外”二十天上訴期間的決定。

由於輔助人 B 及 C 所提交的上訴已逾期，本院不審理輔助人在上訴中提出的其他實體問題。

四、決定

綜上所述，合議庭裁定上訴人 A 的上訴理由成立，廢止原審法庭 2014 年 7 月 28 日給予輔助人“額外”二十天上訴期間的決定。

裁定輔助人 B 及 C 所提出之上訴逾時，不予審理。

判處上訴人 B 及 C 繳付 3 個計算單位之司法費以及上訴的訴訟費用。

著令通知。

2016 年 4 月 7 日

譚曉華 (裁判書製作人)

蔡武彬 (第一助審法官)

司徒民正 (第二助審法官)